



CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
P. 25.123/NCP

CADERNO DE ENCARGOS

PEIXE FRESCO, MARISCO, MOLUSCOS e BIVALVES

PARA AS UNIDADES HOTELEIRAS

ÍNDICE DO TEXTO

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA | ÂMBITO DO CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULA SEGUNDA | CONTRATO

CLÁUSULA TERCEIRA | LOCAIS E PRAZOS DA ENTREGA DOS BENS

CLÁUSULA QUARTA | PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA | PARÂMETROS BASE

CLÁUSULA SEXTA | ATUALIZAÇÕES JURÍDICO-COMERCIAIS

PARTE II – VICISSITUDES CONTRATUAIS

CLÁUSULA SÉTIMA | SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA OITAVA | CASOS DE FORÇA MAIOR

CLÁUSULA NONA | SANÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA DÉCIMA | RESOLUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA | RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO COCONTRATANTE

PARTE III – OBRIGAÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA | OBRIGAÇÕES GERAIS DO COCONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA | INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS LOCAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA | PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADA

PARTE IV – PAGAMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARTE V – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA | PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA | DEVER DE SIGILO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA | TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA | CONTAGEM DE PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA | LEGISLAÇÃO EM VIGOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA | FORO COMPETENTE

PARTE VI - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA | ÂMBITO DO CADERNO DE ENCARGOS

O Caderno de Encargos contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, e compreende as condições jurídicas e técnicas para a aquisição de **peixe fresco, marisco, moluscos e bivalves**, e englobará a *Matriz e o Anexo – Moradas*.

CLÁUSULA SEGUNDA | CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, a Matriz e integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário (a existirem).
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.
4. Além dos documentos indicados no n.º 1, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
5. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.
6. O contrato definitivo deverá ser assinado num prazo máximo de 5 dias úteis após o envio.

CLÁUSULA TERCEIRA | LOCAIS E PRAZOS DE ENTREGA DOS BENS

1. Os locais de entrega dos bens são os constantes na Matriz dos Lotes disponibilizado na Plataforma junto com as peças do Procedimento.
2. As quantidades de bens mencionadas na Matriz dos Lotes são meramente indicativas, podendo ser requisitadas em menor ou maior número de bens, desde que o valor total da adjudicação não seja ultrapassado.
3. A entrega faseada dos produtos é efetuada no prazo indicado na proposta do adjudicatário, que deve ser de **1 dia útil**, após a remessa dos Pedidos de Compra para adjudicatário.

CLÁUSULA QUARTA | PRAZO DE VIGÊNCIA

No âmbito do presente procedimento, o contrato terá uma duração estimada de **6 meses**.

CLÁUSULA QUINTA | PARÂMETROS BASE

1. O valor total do presente procedimento, não poderá ultrapassar o montante máximo de **223 449,50 €** (*duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos*), nos seguintes termos:

LOTE	Peixe fresco, marisco, moluscos e bivalves (quantidades e características descritas na Matriz)	PB TOTAL – 223 449,50 €
1	Peixe Fresco – Vila Nova da Cerveira	23 107,00 €
2	Peixe Fresco – Santa Maria da Feira	1 938,00 €
3	Peixe Fresco – Vila Ruiva	1 746,00 €
4	Marisco, Moluscos e Bivalves – Vila Ruiva	1 100,00 €
5	Peixe Fresco – S. Pedro do Sul	36 412,00 €
6	Peixe Fresco – Foz do Arelho	25 590,00 €
7	Marisco, Moluscos e Bivalves – Foz do Arelho	3 700,00 €
8	Peixe Fresco - Oeiras	9 687,50 € €
9	Marisco, Moluscos e Bivalves - Oeiras	680, 00 €
10	Peixe Fresco – Castelo de Vide	3 262,50 €
11	Peixe Fresco – Costa da Caparica	1 267,50 €
12	Marisco, Moluscos e Bivalves – Costa da Caparica	220,00 €
13	Peixe Fresco – Albufeira - Albufeira	103 994,00 €
14	Marisco, Moluscos e Bivalves - Albufeira	10 745,00 €

- a. O peso a considerar por cada produto é o peso líquido.
- b. Em relação ao peso a menção +/- refere-se a uma tolerância de 10%, no entanto o preço a apresentar terá que ser sempre convertido para a referência indicada na Matriz. O proponente, caso pretenda apresentar unidades com um peso diferente do solicitado (dentro da tolerância referida), deverá apresentar o preço da unidade proposta e o preço convertido para a unidade com o peso solicitado, com duas casas decimais (sendo que se forem apresentadas mais casas decimais não serão consideradas).
- c. Os alimentos devem ser fornecidos de acordo com as normas comunitárias para o setor, no que respeita à embalagem, transporte e demais condições higieno-sanitárias. Os registos de temperatura do transporte deverão ser apresentados no momento de entrega da mercadoria;
- d. A entrega dos bens deve ser efetuada de acordo com as condições, - 1 dia útil - para o endereço(s).
- e. Os alimentos que revelem, no decorrer da preparação ou mesmo na sua confeção, cheiro, sabor a ranço ou quaisquer outras alterações que coloquem em causa a higiene e segurança alimentar, serão devolvidas, seja qual for o seu estado de preparação culinária;
- f. Em caso de não recolha 72h após comunicação serão enviadas para o lixo e imputado o custo ao fornecedor;
- g. A entrega deve respeitar os horários da receção de mercadorias das Unidades Hoteleiras.

2. As quantidades indicadas nos Lotes (matriz) deste Caderno de Encargos, são consideradas apenas referenciais de consumo, não constituindo qualquer obrigação de despesa a assumir por parte da entidade adjudicante, no âmbito das condições a contratar através do presente procedimento.

CLÁUSULA SEXTA | ATUALIZAÇÕES JURÍDICO-COMERCIAIS

1. O Adjudicatário deve comunicar à Fundação INATEL, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:
 - a. Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b. A sua denominação e sede social;
 - c. A sua situação jurídica;
 - d. A sua situação comercial.
2. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato, a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

PARTE I – VICISSITUDES CONTRATUAIS

CLÁUSULA SÉTIMA| SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. Não é permitida a subcontratação.
2. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
3. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
4. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
5. Em caso de incumprimento pelo cocontratante que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
6. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

CLÁUSULA OITAVA| CASOS DE FORÇA MAIOR

1. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a. Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b. Sejam alheias à sua vontade;
 - c. Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d. Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
2. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
3. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
4. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o cocontratante direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA NONA| SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Na eventualidade de se verificar por parte do adjudicatário incumprimento das condições definidas no contrato, serão aplicadas sanções pecuniárias, tendo em vista reforçar e garantir o exato e pontual cumprimento da execução do contrato, nos seguintes casos:
- a. Pelo incumprimento do **prazo de entrega** dos bens objeto do contrato, uma pena pecuniária entre € 100,00 (cem euros) – por cada dia após a interpelação ao cumprimento;
 - b. Pelo incumprimento da obrigação de conformidade dos bens com os requisitos estabelecidos na **Proposta**, cláusulas contratuais, Caderno de Encargos ou nas normas legais e regulamentares aplicáveis, uma pena pecuniária entre € 200,00 (duzentos euros) – por cada dia após a interpelação ao cumprimento;

- c. Pelo incumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao fornecimento dos bens, nomeadamente, garantia da qualidade, embalagem, manuseamento, rotulagem, higiene, prazos de validade, origem, transporte, uma pena pecuniária de € 200,00 (duzentos euros) – por cada dia após a interpelação ao cumprimento;
2. Verificando-se algum dos incumprimentos das alíneas anteriores além da aplicação da sanção pecuniária prevista, se por razão de urgência da Unidade Orgânica requisitante, esta tiver a necessidade de adquirir os bens a fornecer localmente para garantir o seu normal funcionamento, iniciado o período de interpelação ao cumprimento, o valor despendido com a aquisição dos referidos bens será imputado ao adjudicatário.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. Os valores previstos na presente cláusula não são estornáveis.
5. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do adjudicatário, o Contraente Público, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.
6. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

CLÁUSULA DÉCIMA | RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O incumprimento definitivo ou culposo das cláusulas durante a execução do contrato, por uma das partes, e quando a sua gravidade o justifique face aos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua rescisão imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.
2. Para efeitos do número precedente, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços definidos na cláusula das sanções.
3. O contrato pode também ser resolvido pelo Contraente Público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do cocontratante:
- a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;

- b. Prestação de falsas declarações;
 - c. Estado de falência ou insolvência;
 - d. Cessação da atividade;
4. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante e não implica/implica (*consoante o caso*) a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA| RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO COCONTRATANTE

1. O cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

PARTE III – OBRIGAÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA| OBRIGAÇÕES GERAIS DO COCONTRATANTE

1. Nos termos do contrato a celebrar, o cocontratante obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Prestar o objeto contratual em perfeitas condições e para os fins a que se destina, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b. Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - c. Garantir os bens/serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;

- d. Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
- e. O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
- f. Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- g. Não alterar as condições da entrega dos bens/prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- h. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do Contraente Público;
- i. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é prestado o objeto, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
- j. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- k. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- l. Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo adjudicatário em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

3. Na execução do objeto contratual o cocontratante fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o(s) Gestor(es) do Contrato considere(m) necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos

289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este(s) venha(m) a fixar.

4. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA| INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS LOCAIS

Independentemente das informações contidas no presente caderno de encargos, entende-se que o cocontratante se inteirou, em cada local, das condições da realização do objeto do contrato, pelo que não serão admitidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e na falta de previsão do volume e natureza dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA| PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADA

1. Correm integralmente por conta do cocontratante os encargos ou a responsabilidade civil decorrente da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o cocontratante por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do adjudicatário se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

PARTE IV – PAGAMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA| CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A faturação será mensal, sendo que as faturas deverão ser emitidas no final do mês a que respeitam as aquisições.
2. As faturas deverão conter os bens do pedido de compra e o n.º do contrato a que correspondem, sendo objeto de devolução as faturas que contenham bens não compreendidos no contrato.
3. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser liquidadas, até **quarenta e cinco dias (≥ 45 dias)** após a sua receção nos serviços da entidade adjudicante, o que se processará nas condições legais e regulamentares que disciplinam o processamento, liquidação e despesas da Fundação INATEL.
4. O prazo acima referido só decorrerá depois do processo de contratação se encontrar completo e com todos os documentos solicitados.
5. **Faturação Eletrónica** - A Fundação INATEL está em condições de receber faturas eletrónicas, do modelo legalmente aprovado, as quais, sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação em vigor, devem conter imperativamente os elementos constantes das alíneas a) a m) do n.º 1 do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e serem submetidas com a aposição de assinatura eletrónica qualificada, com as especificações técnicas da mensagem em formato EDI - Electronic Data Interchange (Intercâmbio Eletrónico de Dados) e com os GLN – Global Location Number (Número de Localização Global), via plataforma VORTAL. As especificações técnicas da mensagem em formato EDI e os GLN serão fornecidos ao adjudicatário, após a notificação da conformidade dos documentos de habilitação.
6. Não haverá lugar a revisão de preços.
7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso da prestação de serviços terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

PARTE V – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA| PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS

1. Não é exigida caução para cumprimento das obrigações legais e contratuais.
2. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais pode a entidade adjudicante proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do art.º 88.º do CCP.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA| DEVER DE SIGILO

1. O adjudicatário fica obrigado a guardar sigilo quanto às informações de que venha a ter conhecimento na execução e vigência do contrato, e relacionados com a atividade da entidade contratante.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem sequer objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA| TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O cocontratante compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
 - d. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - e. Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
 - f. Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento

dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- g. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
 - h. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - i. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - j. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k. Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l. Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4º do RGPD.
4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
5. O adjudicatário deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

6. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: Dr. Manuel Melo, endereço eletrónico: protecaodedados@inatel.pt com o HELPDESK – helpdesk.protecaodedados@inatel.pt

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA VIGÉSIMA | CONTAGEM DE PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA | LEGISLAÇÃO EM VIGOR

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA | FORO COMPETENTE

Todos os litígios emergentes da aplicação e da interpretação do contrato serão dirimidos pelos Tribunais da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS

I. Obrigações do fornecedor

1. A entrega dos produtos identificados na **MATRIZ**, do presente caderno de encargos e que faz parte do mesmo, por sua conta e risco e de forma faseada, mediante o envio do Pedido de Compra por parte da Fundação INATEL;
2. Após o envio do Pedido de Compra (encomenda), o fornecedor terá o prazo mencionado na proposta, para proceder à entrega dos produtos, sendo que o mesmo deverá ser de **1 dia útil**. O prazo e a resposta ao mesmo contarão para efeitos de eventual aplicação de penalidades.
3. O fornecedor deve garantir o transporte dos produtos em condições higiénico-sanitárias, nos termos exigidos na legislação nacional e comunitária em vigor sobre esta matéria.
4. É aplicável o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos ao fornecimento de géneros alimentares e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
5. Caso o fornecedor venha a ser demandado pelo incumprimento da legislação referida no número anterior, responderá pelas sanções que em consequência desse incumprimento forem aplicadas, quer as mesmas se traduzam em valores pecuniários ou não.
6. Os preços incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega.
7. As desconformidades entram para a análise de incumprimentos e consequentes penalidades.

II. Análise e conformidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do presente contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nos Lotes do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens, objeto do contrato, devem ser entregues em perfeitas condições de utilização para os fins a que se destinam respeitando as regras nacionais e comunitárias em vigor.

3. É aplicável o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos ao fornecimento de produtos químicos e das garantias a eles relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O adjudicatário deverá garantir as quantidades mencionadas na Matriz, sendo que o resultado desse incumprimento poderá ser assacado ao fornecedor.
5. O adjudicatário será responsável, perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância entre os bens requisitados e os bens entregues.
6. Todas as despesas e custos com o transporte dos produtos até aos locais de entrega, são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

III. Receção dos bens

1. Todos os bens a fornecer, devem ser acompanhados da respetiva Guia de Remessa ou Fatura.
2. O adjudicatário, ou os seus representantes, deverão assistir às entregas dos bens nos respetivos locais e sua conferência.
3. A não comparência, nos termos do disposto no número anterior, anula o direito a posterior reclamação e constitui o adjudicatário na obrigação de aceitar a conferência efetuada.

IV. Desconformidade dos bens

1. Em caso de desconformidade, entre os bens adjudicados e os fornecidos, no que respeita às suas características e quantidades definidas nos **Lote** do presente Caderno de Encargos, bem como no que respeita às exigências legais, aplicáveis a este tipo de bens, a Fundação INATEL notificará o adjudicatário, por escrito, no prazo máximo de **48 h** após a deteção dessas desconformidades.
2. No caso previsto no ponto anterior, o adjudicatário deverá proceder, à sua custa, no prazo máximo de **24 horas** após a notificação das desconformidades, às substituições necessárias para garantir a qualidade dos produtos e o cumprimento das exigências legais.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo mencionado no número anterior, a Fundação INATEL procede à realização de novos testes de aceitação.

V. Rejeição dos bens

1. Os bens que forem rejeitados, serão considerados, para todos os efeitos, como não entregues.

2. Estas rejeições serão notificadas ao adjudicatário, sendo as remoções dos referidos bens, da conta e risco do adjudicatário.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações da Fundação INATEL sem serem removidos, entende-se que estes passam para a sua posse como incapazes.

VI. Pedidos de Compra (encomenda)

1. As unidades orgânicas da Fundação INATEL terão em consideração limites nos pedidos de entrega dos bens sendo previsto valores **mínimos de encomenda de 50 euros**.
2. As quantidades indicadas nos Anexos deste Caderno de Encargos, são consideradas apenas referenciais de consumo, não constituindo qualquer obrigação de despesa a assumir por parte da entidade adjudicante, no âmbito das condições a contratar através do presente procedimento.